



AS NOVAS ALTERAÇÕES DA LEI DE ARBITRAGEM

LEI. 9.307/96 NO NOVO CPC

Novo CPC lei de ARBITRAGEM



7^a CORTE
JUSTIÇA ARBITRAL

Dra. Eliane Barbosa da Silva

Um pouco sobre mim!



Dra. Eliane Barbosa da Silva – Advogada, Presidente e Arbitra da 7ª Corte de Conciliação e Justiça Arbitral de Goiânia, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Justiça Arbitral, Pós Graduada em Direito Público e Privado, Pós Graduada em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho, Especialista em Direito Tributário, Especialização em Arbitragem Mediação de Conflito, Membro da Comissão de Arbitragem da OAB/GO – 2016.\



7ª CORTE
JUSTIÇA ARBITRAL

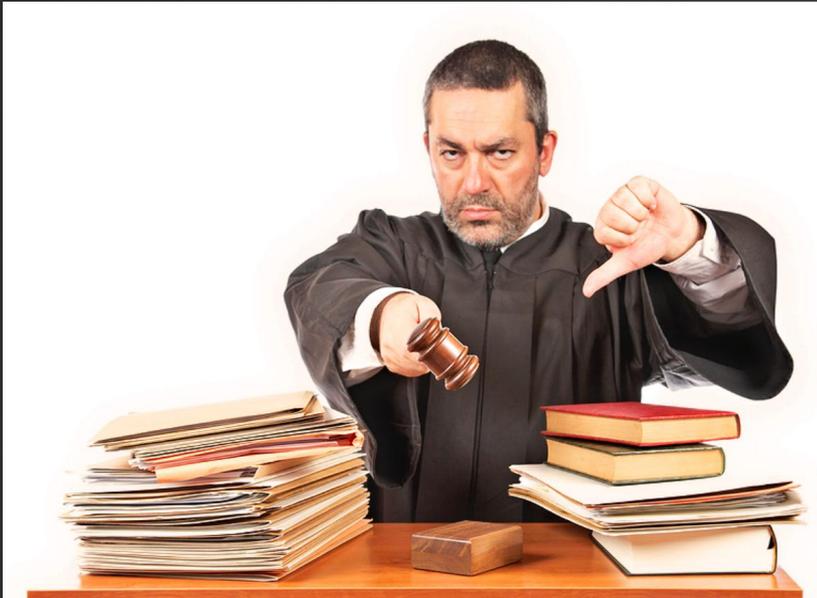
AS NOVAS ALTERAÇÕES DA LEI DE ARBITRAGEM 9.307/96 NO NOVO CPC

- 01 - Previsão do segredo de justiça (art. 189, IV, - CPC)
- 02 - Uniformização do regime jurídico da convenção de arbitragem (cláusula compromissória)
- 03 - Disciplina da carta arbitral (art. 237, IV - CPC)
- 04 - Previsão de que o processo judicial deve ser extinto (art. 337, § 5º) Princípio da competência.
- 05 - Agravo de instrumento (art. 1.015, III - CPC) (Decisão de convenção de arbitragem)
- 06 - Hoje é IMPUGNAÇÃO (art. 1.061 - CPC) (Embargo de devedor)



7^a CORTE
JUSTIÇA ARBITRAL

Arbitragem e o novo CPC: um jogo em dois tempos (e uma prorrogação)



JUSTIÇA ESTATAL



JUSTIÇA ARBITRAL



7^a CORTE

JUSTIÇA ARBITRAL

Diferenças entre Justiça Arbitral x Estatal

Via Arbitral: os árbitros são pessoas especialistas na matéria do conflito em discussão (e na maioria das vezes são eleitos pelas partes);

Via Arbitral: a Arbitragem é de direito ou **por equidade**;

Via Arbitral: decisão definitiva é proferida em **até 180 dias (não cabe recurso, nem mesmo junto ao Poder Judiciário)** e não necessita de homologação do Poder Judiciário, **sentença arbitral = sentença judicial**;

Via Arbitral: processo é sigiloso.

Judiciário: os juízes decidem (e dependendo sobre o que versa a discussão, desconhecem o assunto);

Judiciário: julgamento é sempre de direito;

Judiciário: decisão definitiva demora em média 8 anos;

Judiciário: processo é público (salvo os processos que tramitam em segredo de Justiça);



Artigo 18 da lei 9.307/96:

O Arbitro é juiz?

É juiz de fato e de direito, e a sentença que proferir não fica sujeita a recurso ou a homologação pelo Poder Judiciário.



7^a CORTE

JUSTIÇA ARBITRAL



7^a CORTE

JUSTIÇA ARBITRAL

O QUE É A 7º CORTE?

FINALIDADE E BENEFICÍOS?

COMO FUNCIONA?



7^a CORTE

JUSTIÇA ARBITRAL

CONTATO

Rua 203 – B, 85 – Qd. 30, Lt 15

Setor Leste Universitário

Telefone. 3089 – 0816 / whatsapp. 8138 – 7162

e-mail. draelianebarbosa@gmail.com.br

<https://www.facebook.com/7ccjamarbitral>



7^a CORTE

JUSTIÇA ARBITRAL

FIM



7^a CORTE

JUSTIÇA ARBITRAL